

MUSEUS E CENTROS CULTURAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: TEM CRIANÇA PEQUENA?

MUSEUMS AND CULTURAL CENTERS IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO: DO THEY
CATER FOR YOUNG CHILDREN?

Maria Cristina Monteiro Pereira de Carvalho - PUC-Rio/RJ¹
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5261-0474>

Patrícia Regina Santos Garcia - PUC-Rio/RJ²
ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2213-5216>

Letícia Vitória Diniz Pereira da Conceição - UFRJ/RJ³
ORCID <https://orcid.org/0009-0005-7283-085X>

Sofia Ribeiro Garcia Souto Maior - PUC-Rio/RJ⁴
ORCID <https://orcid.org/0009-0004-9034-7098>

Resumo:

O Grupo de Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GPEMCI), vinculado à PUC-Rio, tem se debruçado, com apoio do CNPq, sobre a investigação de estratégias educativas utilizadas nos espaços museais, especificamente aquelas voltadas para o público infantil. A perspectiva adotada é que as crianças são sujeitos de direitos e, portanto, podem frequentar diversos espaços na cidade, como os museus. O texto tem como objetivo central apresentar reflexões sobre a relação entre infância e museu a partir de dados obtidos pela pesquisa institucional desenvolvida pelo GPEMCI. A metodologia utilizada na investigação foi a aplicação, em 2019 e 2020, de questionário *online* enviado para 110 museus da cidade do Rio de Janeiro cadastrados na plataforma Museus.br. A partir do retorno de 64 instituições, pudemos observar o baixo número de atividades oferecidas para as crianças da primeira infância (0 a 6 anos) e a baixa frequência de visitação da faixa etária de 0 a 3 anos, quando comparada com outras (4 a 6 anos e 7 a 10 anos). Além disso, diversos museus indicaram não possuir objetos e espaços adequados para as crianças pequenas. Este artigo pretende contribuir para as reflexões e o debate sobre a relação entre público infantil e museus.

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

² Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

³ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Museus; Infância; Educação não formal; Educação

Abstract:

The Research Group on Education, Museums, Culture and Childhood (GPEMCI), linked to PUC-Rio with the support of CNPq, has been investigating the educational strategies used in museum spaces, specifically those aimed at children. The premise adopted here is that children are subjects of rights and should, therefore, be free to visit diverse spaces in the city, including museums. The primary aim of this text is to present reflections on the relationship between children and museums, based on data obtained from institutional research conducted by GPEMCI. The methodology used in the investigation involved the application, in 2019 and 2020, of an online questionnaire sent to 110 museums in the city of Rio de Janeiro registered on the *Museus.br* platform. Based on the feedback from 64 of these institutions, we were able to observe the low number of activities offered to infants and preschoolers (0 to 6 years old) and the low frequency of visits by the 0 to 3 age group when compared to others (4 to 6 years old and 7 to 10 years old). In addition, several museums reported lacking objects and spaces suitable for young children. This article looks to contribute to reflections and debate on the relationship between children and museums.

Keywords: Museums; Childhood; Non-formal education; Education

INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GPEMCI) tem se dedicado, desde 2010, a investigar o atendimento oferecido ao público infantil da primeira infância nos museus e as principais estratégias educativas adotadas por essas instituições. A partir da aplicação de um questionário *online*, este texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada junto a museus e centros culturais situados na cidade do Rio de Janeiro, cadastrados na plataforma *Museus.br*, no período compreendido entre 2019 e 2020. Destaca-se que, como o período de realização desta pesquisa foi atravessado pela pandemia mundial de covid-19, o resultado contempla um recorte histórico que contribui para o desenvolvimento de outras pesquisas relacionadas ao contexto e à temática.

A pesquisa intitulada “As crianças e os museus da cidade do Rio de Janeiro: conhecendo estratégias educativas e repensando uma pedagogia museal para as crianças” teve, então, a intenção de entender como as instituições culturais, delimitadas pelo recorte do GPEMCI, acolhem o público infantil, além de ter um olhar voltado para as atividades da primeira infância na faixa etária de 0 a 6 anos. Desse modo, a investigação buscou identificar quais as atividades oferecidas, se estavam vinculadas a projetos educativos específicos, a recorrência da realização dessas ações e a percepção dos museus sobre o oferecimento de atividades para o público infantil. Destaca-se, nesse contexto, as especificidades de atendimento do público da primeira infância, enquanto sujeito de direitos, demandando ações educativas adequadas às suas necessidades. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), a definição de criança é:

sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009).

A partir dessa concepção de criança como ser ativo que constrói conhecimento por meio das ações nas interações com o mundo físico e social nos diferentes ambientes, bem como dos inúmeros estudos desenvolvidos em distintas áreas sobre o desenvolvimento infantil, torna-se imprescindível garantir uma pluralidade de situações e de experiências que promovam aprendizagens essenciais e que contemplem as inúmeras possibilidades do desenvolvimento.

Em relação aos diferentes ambientes, o museu se configura como um espaço profícuo para o desenvolvimento de diversos campos, possibilitando múltiplas experiências. Trata-se de um local que também pode proporcionar a interação com o outro e com o mundo, com diferentes pontos de vista, proporcionando o acesso a diversas manifestações artísticas, culturais e científicas de locais e de tempos distintos, ampliando o conhecimento do mundo físico e sociocultural. Com o olhar voltado para o público infantil nos museus, Carvalho e Lopes (2016) assim se manifestam:

Tempo, espaço e objeto, portanto, configuram-se como parte integrante da experiência museal e precisam ser contemplados nas atividades pedagógicas desenvolvidas nos museus. As ações lúdicas, que envolvem linguagens artístico-culturais, podem proporcionar diferentes experiências e favorecer a experimentação e a expressão pessoal. Além disso, essas ações ajudam a ressignificar a história do homem e da natureza em sua complexidade, tornando visível o invisível. Portanto, museus não são apenas lugares de apropriação/fruição, mas também de produção/criação. Pelo ato de brincar, a criança vê e ressignifica a cultura por meio de diferentes linguagens que ampliam sua visão sensível sobre o mundo (Carvalho; Lopes, 2016, p. 918-919).

A partir da afirmação de que o museu se apresenta como um espaço educativo-cultural potente para o desenvolvimento infantil, ressalta-se que, por meio de atividades propostas, devidamente planejadas e construídas, é possível ampliar e ressignificar a visão de mundo. Apesar das inúmeras possibilidades, ainda existem dificuldades e resistência de atendimento ao público infantil, principalmente os da primeira infância, conforme análise dos dados obtidos no desenvolvimento da pesquisa.

AÇÕES EDUCATIVAS EM MUSEUS E CENTROS CULTURAIS DO RIO DE JANEIRO

Conforme sinalizado anteriormente, a pesquisa buscou conhecer as ações educativas dos museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro, utilizando como referência o cadastro de museus do Ibram na plataforma *Museus.br*⁵. O *link* do questionário foi enviado para esse grupo de instituições. Em um primeiro momento, foram identificados 154 museus e centros culturais no cadastro do Ibram. Após alguns ajustes e filtros, constatamos algumas instituições sem

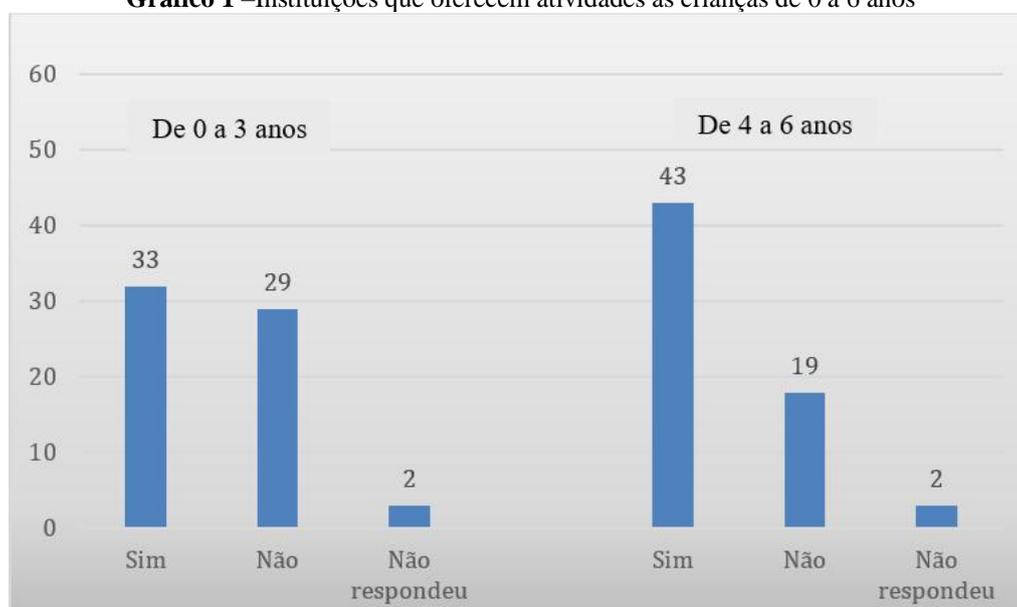
⁵ A plataforma *Museus.br* dispõe de informações – como localização, tipologia, acervo etc. - sobre as instituições presentes no Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/>. Acesso em: 06 abr. 2025.

informações de contato, outras duplicadas e, ao final, 110 museus/centros culturais receberam o formulário eletrônico, dos quais 64 instituições responderam ao questionário.

Retomando o percurso metodológico, o instrumento de coleta de dados, um questionário elaborado pelo GEPEMCI, foi composto de 41 perguntas abertas e fechadas, dividido em três blocos, além da identificação institucional inicial. O bloco I foi composto por questões sobre o perfil institucional, o bloco II sobre ações educativas e o bloco III abordou atividades e ações voltadas para o público infantil. Neste texto, vamos nos dedicar ao último bloco, buscando, assim, contribuir para o debate e as reflexões sobre a relação entre o público infantil e os museus/centros culturais, com foco nas crianças de 0 a 6 anos.

Duas perguntas abordaram as atividades oferecidas para o público infantil, especificando o que era oferecido para a faixa etária de 0 a 3 anos e para a faixa etária de 4 a 6 anos. Dos 64 museus e espaços culturais respondentes, 43 atendem a crianças de 4 a 6 anos e 33 atendem a crianças de 0 a 3 anos, conforme é possível verificar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Instituições que oferecem atividades às crianças de 0 a 6 anos



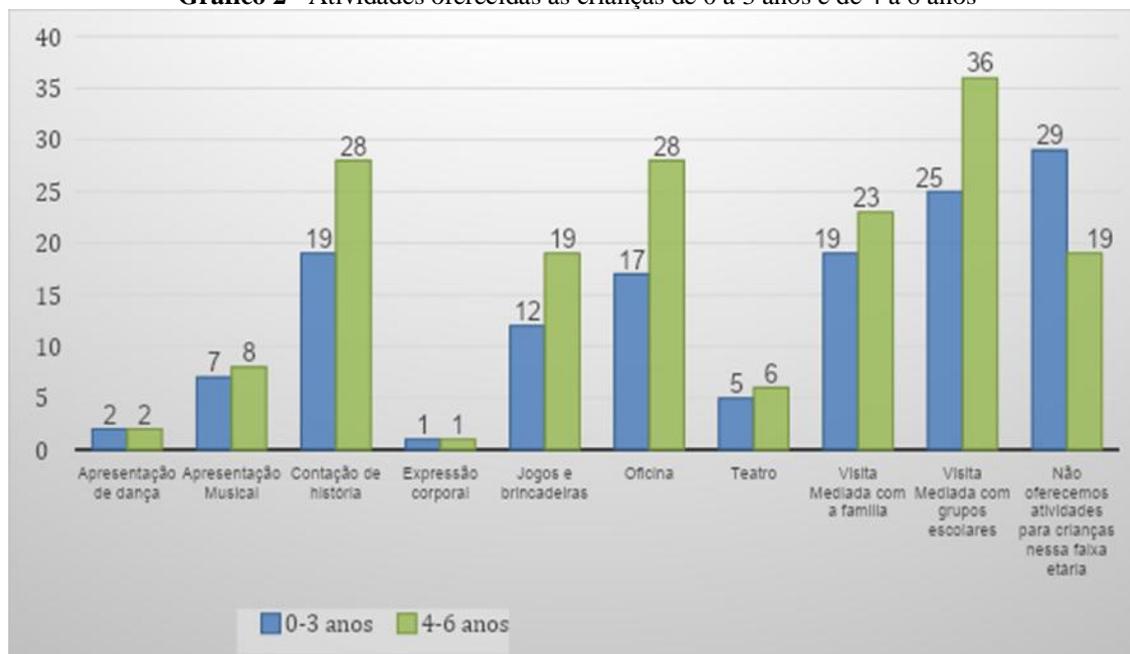
Fonte: GEPEMCI, 2021.

No Gráfico 2, é possível observar, de forma descritiva, quais atividades são oferecidas pelas instituições para cada faixa etária. Na análise das respostas, dentre as diversas atividades indicadas, revela-se que a visita mediada com grupos escolares é a atividade mais destacada, com 25 instituições oferecendo ações para crianças de 0 a 3 anos e 36 instituições para as crianças de 4 a 6 anos. As oficinas e a contação de histórias também se destacam com maior incidência para o público infantil, respectivamente, com 19 e 17 instituições para crianças de 0 a 3 anos e 28 instituições para a faixa etária de 4 a 6 anos, além de uma que promove eventualmente, totalizando as 29 instituições.

Ressalta-se que as questões de múltipla escolha permitem que os respondentes marquem mais de uma opção, deixem sem nenhuma marcação ou escolham a opção “Outros” com

complementação de resposta. Neste contexto, é importante destacar a diferença quantitativa nas opções de respostas entre alguns dos gráficos da pesquisa aqui apresentados.

Gráfico 2 - Atividades oferecidas às crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos



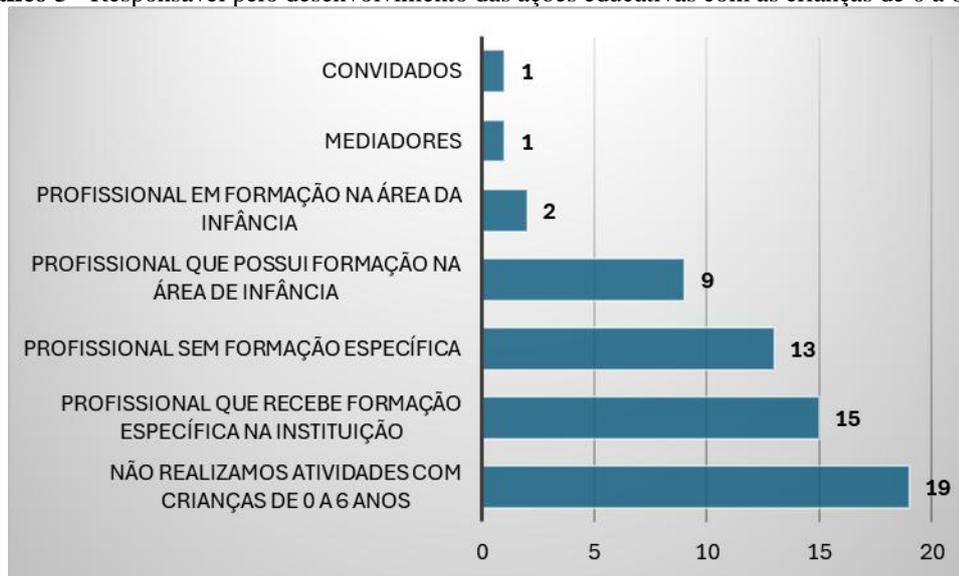
Fonte: GEPEMCI, 2021.

As respostas obtidas no desenvolvimento da pesquisa permitem identificar que ainda existe um número expressivo de museus e centros culturais que não oferecem ações educativas direcionadas ao público infantil de 0 a 6 anos, correspondendo a, aproximadamente, metade dos respondentes.

Contudo, uma pesquisa recente intitulada “Educação Museal Brasil” - PEM BRASIL (2023)⁶ sobre o panorama atual da Educação Museal no Brasil revelou que, entre os públicos prioritários nas atividades educativas dos museus, o público infantil ocupa a quinta posição em termos de interesse, com 58,8% dos 90,4% respondentes do questionário que possuem atividades educativas, configurando-se como o de menor interesse entre o público estudantil. Neste sentido, os dados corroboram com a necessidade de maior atenção dos museus para o público infantil.

A realização das ações educativas pelos museus e centros culturais demanda obviamente a atuação de profissionais para a elaboração e realização. Por ser uma proposta específica, voltada para o atendimento das crianças na primeira infância, indagamos no questionário quais eram os responsáveis pelo desenvolvimento dessas ações, estando as respostas representadas no Gráfico 3.

⁶ Disponível em: <https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2024/11/PEM_relato%CC%81rio-01.pdf> Acesso em: 15 abr. 2025

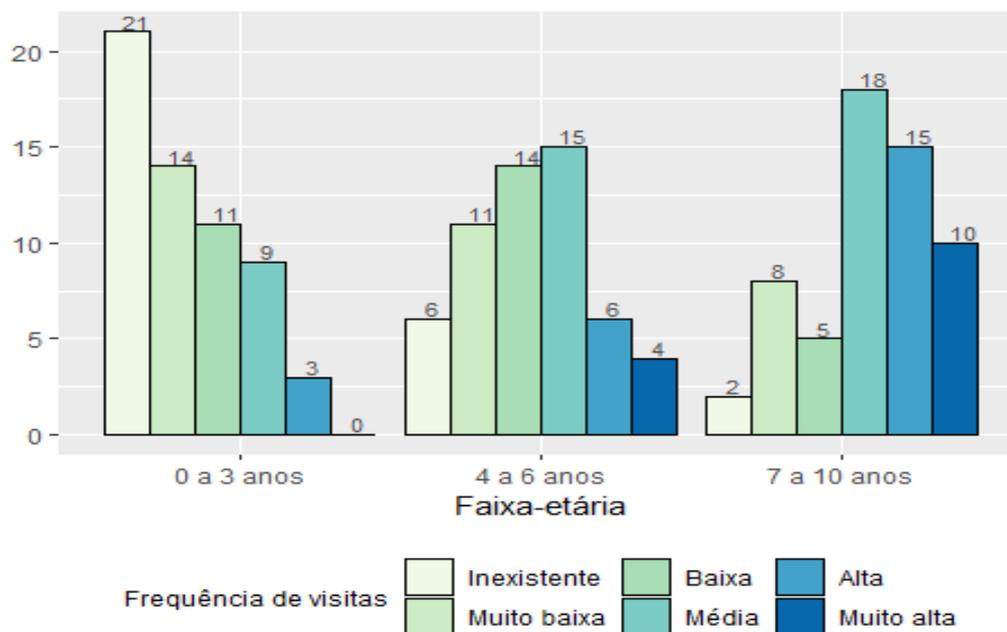
Gráfico 3 - Responsável pelo desenvolvimento das ações educativas com as crianças de 0 a 6 anos

Fonte: GEPEMCI, 2021.

Nota-se que as respostas obtidas indicam que somente nove museus e centros culturais possuem profissionais com formação específica na área da infância, enquanto em outros dois que estão em processo de formação nessa área, totalizando 11 instituições das 64 respondentes. É importante destacar que 15 instituições promovem a formação institucional específica para atuar junto ao público infantil, embora não tenha sido possível obter informações detalhadas sobre o tipo de formação que realizam. Esse aspecto aparece na última questão deste bloco, quando os museus e os centros culturais são indagados sobre as mudanças necessárias para o atendimento do público de 0 a 6 anos e indicam a necessidade de formação específica para os profissionais envolvidos na área da infância. Ressalta-se que a diferença entre as opções assinaladas é complementada pelas opções não marcadas, compondo o universo de 64 respostas.

VISITAS REALIZADAS POR CRIANÇAS A MUSEUS E CENTROS CULTURAIS

Ainda que a visitação mediada seja considerada a ação mais mencionada como possibilidade de oferta ao público de bebês e crianças pequenas, mostra-se com frequência muito baixa, se comparada com os demais públicos, conforme apresentado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Comparação da frequência de visita das crianças separadas por faixa etária

Fonte: GEPEMCI, 2021.

Ao estabelecer a comparação de frequências de visitação aos museus e centros culturais pesquisados, percebe-se que, quanto menor for a faixa etária, mais baixa é a intensidade da frequência de visitação do público infantil.

Mesmo com a indicação de todos os benefícios comprovados indicados para o desenvolvimento das crianças, ainda é possível constatar o desafio de atendimento dos museus e centros culturais para o público da primeira infância, conforme aponta Carvalho (2013, 2016, 2017, 2022) em seus estudos sobre as dificuldades de atendimento de “crianças pequeninhas” pelos museus e centros culturais. Segundo a autora, os monitores (atualmente identificados como mediadores ou educadores museais) revelam em suas falas “uma concepção de criança que levava à crença na incapacidade desses sujeitos em aproveitar situações de aprendizagem diferenciadas, como a que se passa em um museu ou centro cultural” (Carvalho, 2013, p. 9).

A faixa etária de 0 a 3 anos é a que recebe a menor oferta de atividades e também o menor número de visitas. Em pesquisa realizada em espaços museais de arte das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, Santos (2017) identifica que existem poucas atividades para bebês, ressaltando que são recentes as propostas museais que consideram tal público. Conceição (2024) também identificou que poucos espaços museais na cidade do Rio de Janeiro contemplam os bebês nas ações educativas. Considerando o que pesquisas apontam sobre a oferta de atividades e visitas reduzidas do público de 0 a 3 anos, cabe compreender quais são os motivos. Campolina (2023) declara em sua investigação que o baixo índice de ofertas engloba questões diversas, como, por exemplo: ausência de equipes ou equipes reduzidas, desconhecimento da importância do espaço museal para tal público, falta de interesse etc.

Nessa mesma lógica, Pol e Asensio (2006) afirmam que há um receio nas equipes dos espaços museais em receber os bebês em virtude da preocupação com a segurança dos objetos museais. Leite (2011) ressalta que, a despeito de os espaços museais não terem muitas expectativas sobre tal público, faz-se necessário torná-los acessíveis aos bebês, possibilitando, dentre outras alternativas, espaços para brincadeiras. Para Carvalho e Lopes (2016), é importante que os museus acolham os bebês, adotando uma linguagem acessível, contemplando, nessa perspectiva, os sentidos corporais, já que as experiências estéticas sempre perpassam esse aspecto.

Ainda sobre a visita de crianças de 0 a 6 anos aos museus e centros culturais, sabe-se que essa faixa etária ainda está em processo de construção de autonomia, exigindo acompanhamento. Por isso, buscamos entender quem faz o acompanhamento de bebês e crianças na ida aos museus e aos centros culturais, promovendo o desenvolvimento infantil. Na análise dos dados das instituições pesquisadas, identificamos que a opção “escola” foi com maior ocorrência, atingindo 54,7%, que corresponde a 35 das 64 instituições, seguida por familiares com 21,9%, correspondendo a 14 das 64 instituições (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Acompanhantes das visitas do público infantil



Fonte: GEPEMCI, 2021.

É possível perceber que a escola aparece como a maior promotora das idas também nessa faixa etária da visita da primeira infância. Campolina, Martins e Carvalho (2018), assim como Lopes (2019), reiteram em suas pesquisas que a audiência escolar é, de fato, a mais recorrente nos espaços museais. A relevância desse dado aponta a escola como um importante lugar de agente de formação cultural para o desenvolvimento infantil, intensificando a parceria museu-escola. Cabe destacar que o professor, portanto, configura-se como elo fundamental entre as duas instituições.

ESPAÇOS DOS MUSEUS E CENTROS CULTURAIS DESTINADOS ÀS CRIANÇAS

Considerando as crianças enquanto um grupo social com direito a frequentar espaços culturais, entendemos que esse público demanda que o atendimento tenha condições específicas. Assim, uma das questões do questionário indagou quais itens eram oferecidos para as crianças.

No Gráfico 6, é possível identificar que o número de instituições que não oferecia itens e espaços específicos para as crianças foi de 26 instituições, das 64 respondentes, ou 40,6%.

Alguns dos itens apresentados, como banheiro familiar/fraldário e espaço para alimentação são essenciais para receber crianças em todos os espaços. E, no que diz respeito às instituições culturais investigadas, é interessante ressaltar o baixo número de respostas que indica altura adequada para esse público na exposição do acervo.

Apenas nove das 64 instituições, ou seja, menos de 20% dos respondentes, indicam cuidado em relação a essa questão. A preocupação com a altura da criança demonstra um olhar atento às necessidades da infância e um comprometimento de que esse grupo social possa usufruir do que está sendo apresentado.

Gráfico 6 - Itens que as instituições disponibilizam para crianças de 0 a 6 anos



Fonte: GEPEMCI, 2021.

Ainda sobre os espaços das instituições culturais, outra pergunta foi feita a fim de entender qual local é utilizado nas ações educativas com crianças de 0 a 6 anos. Como visto no Gráfico 7, a maior parte das instituições utiliza o espaço expositivo. Porém, também conforme identificado a partir da questão anterior, é um ambiente que, na sua maioria, não é pensado para esse público. Outras opções com mais de uma resposta foram: área externa, sala extra e biblioteca - espaços que se configuram como locais extras ao espaço expositivo.

Por um lado, é positivo que existam recintos nos museus e centros culturais em que as crianças possam ter mais atenção e liberdade para a realização das ações planejadas, principalmente se forem espaços pensados para serem usados com esse propósito. Porém, é importante defender o uso do espaço expositivo, que é o diferencial dessas instituições,

constituindo-se como um espaço expositivo que contemple a infância e que compreenda as especificidades desse segmento. Além disso, não é ideal que as crianças só possam se expressar plenamente em salas diferenciadas, não aproveitando o museu em sua completude. Como defendido por Carvalho e Lopes (2016, p. 924), são necessárias “práticas expográficas que permitam maior atratividade e adaptabilidade a diferentes propostas educativas”.

Gráfico 7 - Espaços utilizados nas ações educativas com as crianças de 0 a 6 anos



Fonte: GEPEMCI, 2021.

No que tange às possibilidades de mudança para atendimento do público infantil de 0 a 6 anos, foram incluídas questões que consideram as reflexões e as alternativas de cada instituição. Dentre os respondentes, 48 dos 64 museus e centros culturais pesquisados avaliam que deveria ocorrer algum tipo de mudança para a realização do trabalho com público infantil, sendo que 14 responderam que não precisam modificar e dois não responderam.

Para os museus e centros culturais que sinalizaram para a necessidade de mudança para o atendimento desse público específico, as justificativas apresentadas evidenciaram diferentes aspectos. Categorizamos as respostas para melhor dimensioná-las como evidências, conforme é possível identificar na Figura 1.

Figura 1 – Mudanças indicadas pelos museus/centros culturais para atendimento do público infantil de 0 a 6 anos



Fonte: Relatório GEPEMCI, 2021, elaboração própria.

As principais categorias são infraestrutura, investimento profissional e ações educativas, para promover as mudanças necessárias para o atendimento específico do público infantil de 0 a 6 anos. Na categoria **Infraestrutura** surgem os indicadores de adaptação arquitetônica, ampliação e melhorias do espaço, otimização do espaço, adequação do mobiliário. Na parte de **Investimento profissional** temos indicadores como formação específica promovida pela instituição, formação pedagógica focada na educação Infantil, ampliação da equipe e contratação de profissionais voltados para esse público específico. Sobre a categoria **Ações educativas** para o público infantil temos criação de programa exclusivo, projeto específico, atividades específicas para esse público, adequação dos temas oferecidos, criação de material pedagógico e parceria com universidades e instituições especializadas nesse público. Destacamos algumas respostas dos museus e centros culturais participantes que evidenciam os indicadores e categorias da Figura 1:

- Na categoria **Infraestrutura** temos as evidências que são representadas por meio das seguintes respostas:

“Adaptação arquitetônica (banheiros adequados), ateliê, programação de atividades regulares para famílias” (Museu 1)

“Mobiliário adequado, espaço expositivo acessível, espaço de acolhimento” (Museu 2)

“Adaptar o ambiente a cada faixa etária, em especial as crianças abaixo de 06 anos” (Museu 3)

“Adequação de espaço e de mobiliário que atenda ao público infantil” (Museu 4)

“Adequação tanto do acervo quanto do espaço do Museu para receber o referido público” (Museu 5)

“Uma espécie de tablado ou degrau que permitisse que as crianças pudessem visualizar o acervo exposto nas bancadas” (Museu 6)

É possível afirmar que o museu deixou de ser um espaço de contemplação de artefatos - aspecto que não é recente – para se dedicar a uma concepção de exposição que promova interação dialógica dos acervos com seus diversos tipos de públicos, conforme explicitado por Almeida (2018, p. 99):

A ideia do que é um museu, do que deve ser, está intimamente relacionada às expectativas do que possa ser o seu público. O museu nasce centrado nos objetos, nas coleções, mas, ao longo do tempo, essa centralidade desloca-se em direção às pessoas, ao ser humano. Este não é um processo linear nem unidirecional, ocorrendo em museus de várias partes do mundo em um movimento que se tornou mais intenso nos últimos 40 anos.

Mesmo assim, ainda persiste o desafio das estruturas museais e seus acervos expositivos voltados para um público juvenil e adulto. As necessidades do público infantil surgem a partir da perspectiva da concepção de infância ativa, participativa e de direitos essenciais ao desenvolvimento infantil pleno.

● Na categoria **Investimento Profissional** destacam-se:

“Formação pedagógica focada mais em educação infantil” (Museu 7)

“Creio que precisaríamos de mais profissionais com formação na área e espaços do museu voltados especialmente a esse público, tais como exposições, sala de atividades, brinquedoteca, entre “Outros” (Museu 8)

“Mais formação para os educadores. Mais atividades voltadas para o público de 0 a 5 anos” (Museu 10)

“Formação da equipe tanto internamente, como vem começando a acontecer, quanto externamente, com visitas técnicas a espaços e com a recepção de pessoas qualificadas no assunto para que possamos gerir melhor nossa prática” (Museu 11)

“Equipe Especializada em Arte Educação para Centros de Cultura e Museus” (Museu 12)

“Ampliação da equipe para o desenvolvimento de projetos mais específicos para tal faixa etária” (Museu 13)

Nota-se, nas evidências das respostas, que a formação específica dos profissionais do museu para o atendimento do público infantil de 0 a 6 anos configura-se como aspecto central. A partir dessas indicações, é possível constatar que, mesmo com o reconhecimento e o desenvolvimento da Educação Museal, ainda serão necessários um investimento e um olhar cuidadoso com relação à formação específica para o atendimento do público infantil. Para Costa *et al.* (2018, p. 73-74):

A Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e da motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das maneiras de ser e estar no museu; a produção, a difusão e o compartilhamento de conhecimentos específicos relacionados aos diferentes acervos e processos museais; a educação pelos objetos musealizados; o estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente, ao sentimento de pertencimento e ao senso de preservação e criação da memória individual e coletiva. É, portanto, uma ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos.

A definição de Educação Museal contempla, portanto, os diversos aspectos educativos específicos do museu, desde conteúdo e metodologia, até a atuação consciente dos educadores museais para atender aos diferentes públicos, incluindo o infantil de 0 a 6 anos. Ressalta-se, então, ser esta uma atribuição do museu em promover a formação específica para seus educadores museais para as demandas de atuação junto aos diversos tipos de públicos.

Na categoria **Ações Educativas** foram apresentadas as seguintes evidências:

“A forma de pensar a presença desse público no Museu” (Museu 14)

“Poderíamos ter mais atividades disponíveis, como teatro, mais jogos, atividades que envolvessem artes e permitissem maior uso da criatividade e expressão artística” (Museu 15)

“Adequação dos temas abordados para a referida faixa etária, já que atuamos com conteúdos de Engenharias” (Museu 16)

“Mais contação de história, mais teatro científico” (Museu 17)

“Um trabalho específico, um projeto específico para este público” (Museu 18)

“A criação de um programa exclusivo para o público infantil” (Museu 19)

“Um trabalho específico, um projeto específico para este público” (Museu 20)

“Pudesse ser criado material pedagógico a fim de atender a essa demanda” (Museu 21)

“Precisamos desenvolver áreas no site específicas para o público mais novo” (Museu 22)

“Parcerias com universidades e instituições especializadas” (Museu 23)

Nas respostas sobre Ações Educativas foram evidenciados vários aspectos que demonstram a necessidade de reformulação das propostas educativas, bem como a necessidade de criação de programas, projetos, material e atividades educativas físicas e virtuais até mesmo nos sites dos museus e centros culturais voltadas para esse público.

Dentre as respostas ficam caracterizadas as diversas necessidades de mudança, tanto na parte estrutural como pedagógica, mas aquelas com mais ocorrência são as que abordam o desenvolvimento do profissional do museu com formação específica para o atendimento especializado com o público infantil.

Ademais, os museus nacionais há tempos padecem de falta de recursos e investimentos para desenvolvimento do seu trabalho junto ao público visitante. É ainda mais desafiador voltar as ações para o atendimento do público infantil em função das necessidades físicas, estruturais e educativas.

Quanto aos museus e centros culturais que assinalaram “Não” para a necessidade de mudança para o atendimento do público infantil de 0 a 6 anos, a resposta foi justificada a partir de dois aspectos principais. O primeiro, por já realizarem atividades para esse público com os recursos disponíveis, desenvolvendo atividades adequadas para as crianças. Já os que não realizam atividades justificaram por “não ser o público alvo” e “não ter espaço adequado”.

ALGUMAS REFLEXÕES: POR ONDE É POSSÍVEL CAMINHAR?

Os museus e os centros culturais são espaços privilegiados para a formação humana. A criança, entendida como sujeito de direitos, tem o direito de frequentar esses espaços de modo pleno, tendo suas especificidades atendidas. A partir da pesquisa realizada pelo GEPEMCI entre os anos de 2019 e 2020, constatamos que tal situação não se concretiza na cidade do Rio de Janeiro.

Ao analisarmos o cenário desse município que possui um número expressivo de instituições culturais, sendo mais de 100 museus apenas na capital, foi possível identificar que grande parte das instituições não oferece atividades voltadas para o público infantil. Além disso, quando há a oferta de ações educativas, há uma distribuição desigual entre as faixas etárias, dificultando o acesso das crianças de 0 a 3 anos.

Além da reduzida oferta de atividades, percebe-se que a frequência de visitação das crianças segue o mesmo padrão. Crianças frequentam menos o museu do que outros públicos e, quanto menor a idade, mais baixa é essa frequência. É importante pontuar o papel que a escola desempenha nesse contexto, já que as visitas escolares são identificadas como um dos principais meios de a criança acessar o museu, mesmo entre o segmento de 0 a 6 anos.

Ainda na análise dos dados obtidos a partir da pesquisa, percebeu-se o uso dos espaços das instituições culturais e as adaptações – ou a falta delas - para receber o público infantil com suas particularidades. Mais uma vez, a maior parte das instituições indicou não disponibilizar itens específicos que atendam às crianças de 0 a 6 anos, demonstrando certo despreparo desses espaços em relação à recepção do público infantil.

Por fim, foram identificadas possibilidades de mudança que as instituições entendem como necessárias para que seja possível atender às crianças. As ações estão relacionadas a mudanças na infraestrutura, no quadro de profissionais e funcionários e nas próprias ações educativas. Assim, embora inúmeras instituições não disponibilizem ações de acolhimento ao público infantil, muitas

delas reconhecem o cenário e a importância de se adaptarem a fim de atender aos direitos desse grupo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. M. Públicos. In: **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018. Glossário, p. 99-105.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20/2009. MEC. Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf
- CAMPOLINA, G. **Educação infantil e museus na pandemia: um encontro possível?** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62413/62413.PDF>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- CAMPOLINA, G.; MARTINS, V.; CARVALHO, C. O público infantil espontâneo nos museus da cidade do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA PUC-RIO, 26., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018. p. 1-10. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2018/relatorios_pdf/ctch/EDU/EDU-Gabriela%20Campolina%20e%20Valeria%20Martins.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.
- CANEDO, Daniele Pereira; SEVERINO, José Roberto (Coord.). **Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros** [livro eletrônico]: um panorama a partir da política nacional de educação museal: relatório final. 1. ed. Joinville, SC: Casa Aberta Editora e Livraria: Instituto Brasileiro de Museus, 2023.
- CARVALHO, C.; KRAMER, S.; NUNES, M. F. (Org.). **Educação Infantil: Formação e responsabilidade**. 1a. ed. Campinas: Papyrus, 2013. 351p.
- CARVALHO, C. “Criança menorzinha... Ninguém merece!”. In: CARVALHO, C. **Quando a escola vai ao museu**. Campinas, SP: Papyrus, 2016. p. 68-76.
- CARVALHO, C.; LOPES, T. O Público Infantil nos Museus. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 911-930, 7 jun. 2016.
- CARVALHO, C.; LOPES, T.; RESINENTTI, P. Educação Infantil e Espaços Culturais: possibilidades de apropriação na cidade do Rio de Janeiro. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 300-322, jan./mar. 2017.
- CARVALHO, C.; LIMA, I. V. C. V. D. L.; GEWERC, M.; LOPES, T. (Org.). **Museu, Educação e Infância**. 1a. ed. Curitiba: CRV, 2022. v. 1. 209p.
- COSTA, A.; CASTRO, F.; CHIOVATTO, M.; SOARES, O. Educação Museal. In: **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018. Glossário, p. 73-77.

CONCEIÇÃO, L. **Museus da cidade do Rio de Janeiro**: um olhar para as atividades destinadas aos bebês e às crianças pequenas. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

LEITE, M. I. Museu, criança e brincadeira: combinação possível? In: ALMEIDA, M. T. P. **O brincar e a brinquedoteca**: possibilidades e experiências. Fortaleza: Premium, 2011. p. 41-55.

LOPES, T. B. **Outras formas de conhecer o mundo**: Educação Infantil em Museus de Arte, Ciência e História. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

POL, E.; ASENSIO, M. La Historia Interminable: una visión crítica sobre la Gestión de Audiencias Infantiles en Museos. **Revista de los Museos de Andalucía**, Andalucía, v. 6, p. 11-20, 2006. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/sites/default/files/2022-07/mus_A%206.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

SANTOS, M. E. T. **Bebês no Museu de Arte**: processos, relações e descobertas. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Recebido em: 12 de fevereiro de 2025

Aprovado em: 15 de abril de 2025